

Servidores dizem que vão fazer um dia de paralisação

Funcionários públicos do Estado prometem greve geral, fechando até hospitais, se o governador não acatar pauta de reivindicações

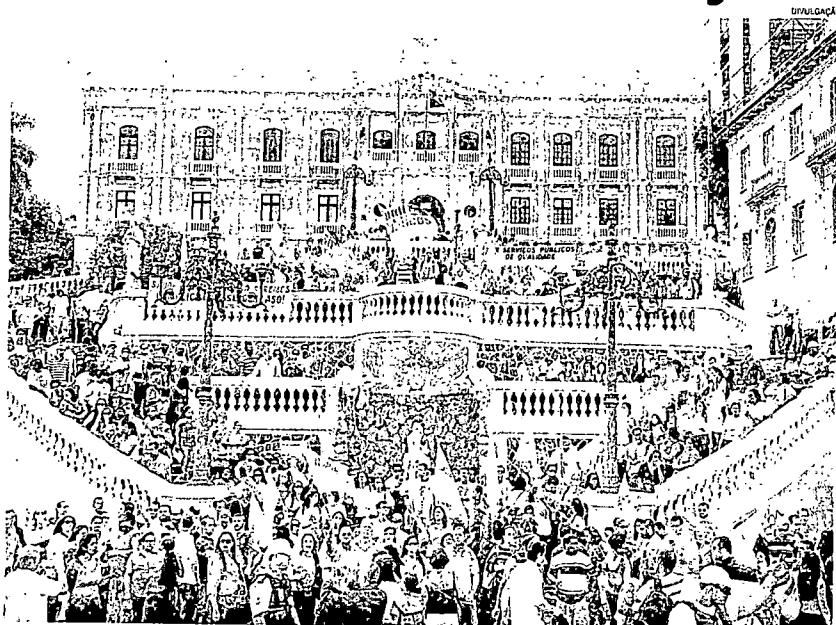
Tais de Holland

Uma paralisação de serviços públicos do Estado pode afetar o funcionamento de delegacias, tribunais, escolas e até hospitais. Isso porque os servidores estaduais, que reivindicam data-base e tiquete-alimentação, entre outras coisas, prometem cruzar os braços a partir da zero hora do dia 13 de agosto.

A decisão de parar tais serviços foi feita em assembleia coletiva do Fórum das Entidades dos Servidores Públicos do Estado (Fespes), na tarde de ontem, em Vitória. O fórum, que reúne 19 sindicatos, mobilizou mais de 3 mil trabalhadores públicos do Estado, segundo o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado (Sindipúblicos-ES). Já segundo a Guarda Municipal de Vitória, foram 600 manifestantes.

Eles caminharam ontem até a esquadaria do Palácio Anchieta, no centro de Vitória, para entregar uma pauta ao governador Paulo Hartung com reivindicações. Entre os pedidos estão a revisão geral anual com base na inflação do período e a criação de uma mesa permanente de negociação, como determina a lei 46/94.

O diretor de administração do Sindipúblicos-ES, Haylson de Oliveira, afirmou que a intenção do movimento é recrutar 70% dos 63 mil servidores públicos estaduais, ou seja, 44.100 manifestantes. "Vamos cumprir todos os trâmites para a legislação de greve e vamos fazer a paralisação no dia 13 de agosto. Caso o governo não apresente uma proposta que atenda aos nossos pedidos, vamos fazer greve ge-



SERVIDORES públicos caminharam até o Palácio Anchieta para entregar carta com reivindicações ao governador

ral no próximo dia 24".

O presidente do Sindipúblicos-ES, Gerson Correia de Jesus, acrescentou que hoje será entregue a carta com os pedidos ao governador. Ele disse que a categoria vai batalhar pela reposição salarial acompanhar a inflação.

Outro ato, contudo, previsto para o próximo dia 5, afetará hospitais como Hospital São Lucas, Hospital Infantil de Vitória, Hospital Infantil de Vila Velha e Hospital Antônio Bezerra de Farias. A informação é do diretor de comunicação do Sindicato da Saúde dos Trabalhadores do Estado (Sindsaúde), Valdecir Gomes do Nascimento.

"Somos contrários ao sucateamento do trabalho com insalubridade e mão de obra pequena para atender a superlotação dos hospitais. Só funcionará atendimentos de urgência e emergência".

Governo promete negociar

O governo do Estado informou, por meio de nota, que está em negociação com as entidades representativas dos servidores públicos do Estado.

O governo fez a ressalva de que o envio do documento que pede esclarecimentos das contas públicas, protocolado pelo Fórum das Entidades dos Servidores Públicos do Estado (Fespes) na terça-feira, foi

A negociação
será adequada
à política de ajuste
fiscal, necessária ao
reequilíbrio das contas

Nota do governo do Estado

uma decisão acordada na última reunião entre governo e entidades, realizada no último dia 10.

DIÁLOGO

O diálogo com os sindicatos será mantido com o Fespes, segundo o governo, que afirmou que "a negociação será responsável e adequada à política de ajuste fiscal, necessária ao reequilíbrio das contas públicas. A meta é honrar todos os compromissos do governo, mantendo o pagamento dos servidores em dia", disse o governo do Estado em nota.

O governo pontuou, ainda, que considera os movimentos sindicais legítimos, desde que respeitem à lei e não prejudiquem a população.

Posto na Serra tem bombas e tanque interditados

Um posto de combustíveis na Serra, às margens da BR-101, teve duas bombas e um tanque de armazenamento interditados pelo Procon Estadual na manhã de ontem, por apresentar supostas irregularidades na composição do etanol comercializado.

O órgão afirmou que, ao invés de o etanol ter um teor alcóolico entre 92,6% e 93,8%, o posto São José tinha apenas 91,4%.

Segundo a presidente do Procon-ES, Denize Izaita, a constatação foi feita durante uma avaliação em 33 postos da Grande Vitória, sendo que esse foi o único considerado irregular.

"Os compartimentos com o problema foram interditados e as amostras encaminhadas para análise da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)", disse.

A ANP informou, por nota, que o material vai ser analisado e que, se comprovada a irregularidade, o estabelecimento pode ter de pagar uma multa que varia entre R\$ 20 mil e R\$ 5 milhões. Além disso, para liberar os tanques, o posto tem que substituir o combustível com problemas de qualidade e passar por uma nova vistoria.

O Sindipostos disse, em nota, que a diferença pode ter sido causada por fatores de armazenamento, como evaporação e mudança de temperatura, e não adulteração. O posto São José disse que vai aguardar a avaliação da ANP para se posicionar.



DENIZE IZAITA: fiscalização

PROCESSO SELETIVO

CURSOS PARA 2015/2 - FAÇA SUA INSCRIÇÃO

- ✓ Administração
- ✓ Ciências Contábeis
- ✓ Direito
- ✓ Engenharia Elétrica
- ✓ Engenharia Civil

- ✓ Estética e Cosmética
- ✓ Gastronomia
- ✓ Gestão de Recursos Humanos
- ✓ Pedagogia - Licenciatura
- ✓ Publicidade e Propaganda

Único de ensino com a maior e melhor de duração

INFORMAÇÕES

27 3399 5555

www.novomilenio.br



Faculdade
Novo Milênio